

PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: O caso de estudantes com deficiência em uma universidade brasileira

PROCESO DE INCLUSIÓN EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR: El caso de estudiantes con deficiencia en una universidad brasilera

INCLUSION IN HIGHER EDUCATION: The case of students with disabilities in a Brazilian university

**Marcilene Magalhães da Silva¹ / Margareth Diniz²
/ Mônica Maria Farid Rahme^{3,y 4}**

Recepción: 15/08/2016; Evaluación: 10/09/2016; Aceptación: 09/11/2016

Resumo

Este artigo apresenta resultado de pesquisa que investigou o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro. Para tanto, analisou-se a influência dos aspectos atitudinais, comunicacionais e físicos na

formação desses estudantes na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), tendo como referencial teórico a Educação Especial Inclusiva. Esta pesquisa foi construída em três eixos principais. No primeiro, retomou-se o percurso histórico que desencadeou o paradigma de inclusão social, o processo de internalização do direito de todos à educação escolar, problematizando as suas particularidades nos rumos adotados nas políticas educacionais. No segundo, foram abordados os estudos que antecederam esta pesquisa, entre 2005 e 2013. No terceiro, investigaram-se dados referentes à pesquisa de campo desenvolvida na UFOP, um estudo de caso com cinco estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação, no qual foram enfocados aspectos relacionados às suas experiências educacionais, evidenciando como acontece o processo de inclusão no campo investigado. Os procedimentos metodológicos adotados compreenderam a análise documental e a prática de entrevistas com os cinco estudantes. Os dados obtidos permitiram a elaboração de considerações acerca do processo de inclusão dos estudantes. Foram identificadas barreiras atitudinais, comunicacionais e físicas e a maneira como os estudantes responderam a elas. Os aponta-

- 1 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Técnica em Assuntos Educacionais da UFOP. Endereço: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) - Centro e Convergência, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - Minas Gerais. CEP: 35.400-000 (endereço para correspondência). E-mail: marcilenemag@gmail.com.
- 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de Educação/UFOP. Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (IHS-UFOP). Endereço: Rua do Seminário, S/N, Centro, Mariana - Minas Gerais. CEP: 35.420-000. E-mail: dinizmargareth@gmail.com.
- 3 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Educação/UFMG. Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte - Minas Gerais. CEP: 31.270-901. E-mail: monicarahme@ufmg.br.
- 4 As autoras são integrantes do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica – OIIIPe. Formação de educadores: inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica em contextos internacionais de Ensino Superior (Brasil, Cabo Verde, Chile, Portugal, Espanha).

mentos construídos indicam que o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na UFOP requer o estabelecimento de estratégias políticas e pedagógicas capazes de eliminar as barreiras analisadas para possibilitar a todos o direito à educação, atentando-se para a observância do atendimento aos princípios da autonomia, independência e empoderamento.

Palavras-chave: Investigação sobre educação; Ensino Superior; Inclusão; Estudante; Deficiência.

Resumen

Este artículo presenta el resultado de investigación que registró el proceso de inclusión de estudiantes con discapacidad en la Enseñanza Superior brasileña. Para ello, se analizó la influencia de los aspectos actitudinales, comunicacionales y físicos en la formación de estos estudiantes en la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP), teniendo como referencia teórica la Educación Especial Inclusiva. Esta investigación fue construída en tres ejes principales. En el primero, se retomó el trayecto histórico que desencadenó el paradigma de inclusión social, el proceso de internalización del derecho de todos a la educación escolar, problematizando sus particularidades en los rumbos adoptados en las políticas educacionales. En el segundo, fueron tratados los estudios que antecedieron a esta investigación, entre 2005 y 2013. En el tercero, se investigaron datos referentes al trabajo de campo desarrollado en la UFOP, un estudio de caso con cinco estudiantes con discapacidad matriculados en cursos de graduación, en el cual fueron enfocados aspectos relacionados a sus experiencias educacionales, evidenciando como sucede el proceso de inclusión en el campo investigado. Los procedimientos metodológicos adoptados comprendieron en el análisis documental y la práctica de entrevistas con los cinco estudiantes. Los datos obtenidos

permitieron la elaboración de consideraciones sobre el proceso de inclusión de los estudiantes. Fueron identificadas barreras actitudinales, comunicacionales y físicas y la forma como los estudiantes respondieron a éstas. Las anotaciones construídas indican que el proceso de inclusión de los estudiantes con discapacidad en la UFOP requiere el establecimiento de estrategias políticas y pedagógicas capaces de eliminar las barreras analizadas para hacer posible a todos el derecho a la educación, considerándose la observancia de la atención a los principios de la autonomía, independencia y conscientización.

Palabras-clave: Investigación sobre la educación; Enseñanza superior; Inclusión; Estudiante; Deficiencia.

Abstract

This paper presents the results of a research that investigated the process for inclusion of students with disabilities into Brazilian Higher Education. Therefore, using the Inclusive Special Education as theoretical framework, the influence of the attitudinal, communicational, and physical aspects on those students' college years at the Federal University of Ouro Preto (UFOP) were analyzed. This study was developed upon three main axes. In the first axis, the historical journey which triggered the social inclusion paradigm and the internalization process of everyone's right to school education were resumed, questioning their particularities within the directions taken by educational policies. In the second one, studies previous to this research were addressed, between 2003 and 2015. In the third one, the data referring to the field research performed in UFOP were investigated: a case study containing five students with disabilities enrolled in undergraduate courses. In this study, the attention was focused on aspects related with the students' educational experiences,

highlighting how the process of inclusion happens within the investigated field. The methodological procedures consisted of document analysis and interviews with five students. The data obtained allowed reflections on the students' inclusion process. Attitudinal, communicational, and physical barriers were identified, as well as the students' response to them. The observations indicated that the process for the inclusion of students with disabilities into UFOP require the establishment of political and pedagogical strategies capable of eliminating the barriers aforementioned, so that everyone has the right to education, considering the principles of autonomy, independence, and empowerment.

Keywords: Research on Education; Higher Education; Inclusion; Student; Disability.

Introdução

A presença de estudantes com deficiência nas instituições de Ensino Superior coloca em evidência as suas necessidades específicas e também as barreiras⁵ que limitam ou impedem o exercício do direito à educação em condições de igualdade de oportunidade com as demais pessoas. De acordo com Mazzotta,⁶ é na convivência com o outro e em diferentes ambientes que as necessidades de qualquer ser humano se apresentam.

Cria-se, com isso, a necessidade de superação de barreiras atitudinais, físicas e comunicacionais, tanto na Educação Básica, quanto na Educação Superior.⁷ Para

Mantoan,⁸ “no caso da igualdade entre as pessoas, as barreiras se materializam na recusa em reconhecer e defender este valor, por meio de comportamentos, reações, emoções e palavras”, representadas nas barreiras atitudinais.

Nessa mesma perspectiva, Lima e Tavares⁹ indicam que as barreiras atitudinais são geradas e sustentadas pela sociedade, por meio de ações e de omissões contra as pessoas com deficiência, o que pode limitar e, em algumas circunstâncias, até impedir o exercício de seus direitos e de seus deveres sociais.

O conceito de barreiras atitudinais é esteado no Decreto n.º. 3.956, de 2001, que regulamenta a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência,¹⁰ e no Decreto n.º. 6.949, de 2009, que regulamenta juridicamente a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência¹¹ e tem força de Emenda Constitucional. De acordo com tal ordenamento jurídico brasileiro, qualquer atitude que discrimine, por razão da deficiência, constitui-se crime.

Este trabalho tem o propósito de investigar como acontece o processo de

Áurea, 2003).

- 5 Barreira é qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas. São classificadas em barreiras físicas e comunicacionais. (Brasil, Lei n.º. 10.098, Capítulo I, Artigo II, Item II).
- 6 Marcos José da Silveira Mazzota, **Inclusão e integração** ou chaves da vida humana. III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Anais, v. 1 (Brasília: MEC/Seesp 1998), 48-53.
- 7 Romeu Kazumi Sassaki, **Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida** (São Paulo:

- 8 Maria Teresa Eglér Mantoan, **Pensando e fazendo educação de qualidade** (São Paulo: Moderna, 2001), p. 57.
- 9 Francisco José de Lima e Fabiana Santos Silva Tavares, **Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola** (Brasil: 2007).
- 10 Decreto n.º. 3.956/2001, de 8 de outubro de 2004. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Guatemala, 1999). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** (Brasília, 2004).
- 11 Decreto legislativo n.º. 186/08, Decreto n.º 6.949/09. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (ONU, 2006). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência** (Brasília: CORDE, 2007).

inclusão de alunos com deficiência na UFOP, sob o ponto de vista dos estudantes que participam de ações de inclusão, conforme as seguintes indagações: Como a UFOP tem apoiado esses estudantes durante a formação? Que efeitos a formação acadêmica tem na vida desses estudantes? Entre as prováveis hipóteses para as indagações citadas, destacamos que a inclusão pode estar vinculada à trajetória acadêmica anterior, a conhecimentos acerca dos direitos e à ausência de cultura institucional inclusiva. De acordo com Santos,¹² a cultura institucional inclusiva parte do princípio de que todos são responsáveis pela vida da instituição e qualquer desafio nela ocorrido é da responsabilidade de todos e não de apenas uma pessoa ou um segmento da comunidade escolar. Nesse sentido, a UFOP tem uma cultura institucional inclusiva?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como acontece o processo de inclusão de alunos com deficiência na UFOP, identificando, segundo percepção dos próprios estudantes, efeitos da formação acadêmica recebida. Já os objetivos específicos foram: a) Identificar a influência dos aspectos (atitudinais, comunicacionais, arquitetônicos) na educação dos estudantes com deficiência da UFOP; b) Verificar e analisar, à luz do referencial teórico, em que medida as ações institucionais podem ser consideradas promotoras de inclusão educacional; c) Pesquisar e analisar a trajetória acadêmica e profissional de alunos com deficiência que se formaram na UFOP; d) Contribuir para o fortalecimento da política de inclusão na UFOP.

Aspectos metodológicos

Para atingir aos objetivos propostos, inicialmente retomamos o percurso histó-

rico que desencadeou o paradigma de inclusão social, o processo de internalização do direito de todos à educação escolar, problematizando as suas particularidades nos rumos adotados nas políticas educacionais. Nos passos seguintes foram abordados os estudos que antecederam esta pesquisa, entre 2005 e 2013, que tratam da inclusão no Ensino Superior de alunos com deficiência, estudos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT), no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Grupo de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Os estudos realizados no período indicaram que as instituições de Ensino Superior brasileiro ainda não estão preparadas para receber alunos com deficiência, embora vários dispositivos legais disponham sobre o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante com deficiência. Em muitas instituições pesquisadas existe o Núcleo de Acessibilidade, mas as ações têm acontecido de forma isolada e desarticulada e muitos estudantes contam apenas com o apoio da família, dos colegas e de alguns professores para concluir o curso.

Quando o foco da pesquisa foi definido, chegamos à conclusão de que o trabalho exigia a utilização de um método qualitativo e a metodologia de estudo de caso apresentou-se como apropriada para a execução da pesquisa. Os dados, para a construção do estudo de caso, foram coletados por meio de entrevistas e de informações levantadas pela análise documental.

A análise documental ocorreu na fase exploratória da pesquisa. Verificamos, no período de 1996 ao primeiro semestre letivo de 2014, que a UFOP registrou a matrícula de 122 estudantes com algum tipo de deficiência nos cursos de graduação. Destes, 27 se formaram e 64 estavam cursando.

12 Mônica Pereira dos Santos, "O papel do Ensino Superior na proposta de uma educação inclusiva", Revista Movimento, Faculdade de Educação da UFF, No7 (2003): 78-91.

O restante cancelou ou não renovou matrícula, foi jubilado ou desligado do curso. Na pós-graduação o registro foi de 7 estudantes, destes apenas 2 não haviam concluído a formação.

Constatamos também, que as principais ações de inclusão apresentadas nos projetos e Planos de desenvolvimento inclusivo dos estudantes com deficiência faram acessibilidade nos materiais didáticos e acessibilidade nas atitudes de docentes, técnicos e principalmente de colegas. Já o principal desafio estava na superação das barreiras físicas, que eram obstáculos às pessoas com deficiência que buscavam a UFOP para estudar.

Essa etapa da pesquisa foi extremamente importante, pois possibilitou-nos ter uma visão de abertura da realidade do campo investigado, captando-o como é realmente, e não como queríamos que fosse. Serviu para o nosso próprio deslocamento.

Na sequência foi realizado estudo de caso – tendo como referência André, (2005) – com cinco estudantes com deficiência da UFOP, três do sexo feminino e dois do sexo masculino, como sujeitos da investigação. Três se encontravam matriculados, respectivamente, nos cursos de História, Letras e Ciência da Computação, apresentando: baixa visão, deficiência intelectual e autismo. Os outros dois eram cegos e já concluíram, respectivamente, os cursos de Pedagogia e Engenharia de Produção.

A amostra foi composta segundo três critérios: 1) Deficiências abordadas em pesquisas realizadas: constatamos, no estado da arte, que os estudantes com deficiência intelectual e com autismo foram pouco abordados nas pesquisas; 2) A representatividade de estudantes com deficiência na UFOP: constatamos na análise documental que a deficiência visual era a mais representada entre os estudantes com deficiência; 3) A disponibilidade dos estudantes em participar da pesquisa.

A partir das questões apresentadas pelos cinco estudantes entrevistados e da articulação com as informações obtidas na análise documental foi construído o estudo de caso, cuja unidade de investigação é o processo de inclusão de estudantes com deficiência na UFOP. Buscando uma melhor compreensão dos dados, apresentamos a seguir, um quadro com a síntese das características dos estudantes entrevistados (ver cuadro 1 al final del artículo).

Conhecer o perfil de cada estudante participante da pesquisa foi fundamental para compreender o acesso e a permanência na UFOP. Foram enfocados aspectos relacionados às suas experiências educacionais, evidenciando como acontece o processo de inclusão no campo investigado.

Algumas análises do processo de inclusão de estudantes com deficiência na UFOP

A análise das informações obtidas por meio dos instrumentos de pesquisa foi construída a partir de três categorias: 1) Trajetória na Educação Básica; 2) Acessibilidades e barreiras no Ensino Superior; 3) Formação profissional. Considerando o referencial teórico sobre educação especial inclusiva, essas categorias emergiram de leituras e releituras das entrevistas.

A reflexão sobre as possíveis hipóteses para as indagações, apresentadas anteriormente, nos levou a investigar, inicialmente, a trajetória escolar, dos estudantes sujeitos da pesquisa, antes ao ingresso na universidade. Encontramos, assim, elementos importantes para compreender as suas experiências acadêmicas na UFOP e a forma como respondiam ou não às barreiras a eles impostas. Nesse momento, procuramos dar visibilidade aos movimentos realizados pelos estudantes, na tentativa de estabelecer estratégias para a realização de seus objetivos.

Os dados das entrevistas revelam que o percurso acadêmico dos estudantes na

Educação Básica foi marcado pela busca de afirmação do direito à educação. De formas diferentes, todos eles tiveram seus direitos violados na forma de negação do direito à matrícula, ausência de acessibilidade, sentimentos de indiferença, presença de estereótipos e discriminação. O que mais se destacou na fala dos estudantes foi a dificuldade da escola básica compreender que a pessoa com deficiência é aquela que, por ter impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, em interação com diversas barreiras, pode ter obstruída sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade, em igualdades de condições com as demais pessoas.¹³

Quatro dos cinco estudantes relataram apoio incondicional da família, reconhecimento das suas potencialidades e condições para fazerem suas próprias escolhas. A deficiência foi compreendida, pelos pais e irmãos, como uma das características dos sujeitos. Foram reconhecidos e tratados, no meio familiar, com pessoas humanas e não como “deficientes”. Nessa perspectiva, Lima e Tavares¹⁴ afirmam que o foco na deficiência pode contribuir com a “manutenção da crença na deficiência como sinônimo de doença, dependência. Tendo como referência a noção de inclusão de Sasaki,¹⁵ que a define como um processo pelo qual toda a sociedade se transforma de forma contínua para acolher, respeitar e defender o direito de todos, pautamos a questão central da pesquisa: as acessibilidades e barreiras vivenciadas pelos estudantes na realização da graduação na UFOP e a formação profissional. Durante esse percurso, buscamos evidenciar que o movimento de

transformação da cultura universitária, numa cultura orientada pelos princípios da inclusão, demanda envolver todos os segmentos da instituição na responsabilização em identificar e remover os obstáculos que impedem ou dificultam o exercício do direito de todos à educação.

A partir dessa noção de inclusão, foi possível identificar quatro questões que conduziram a trajetória acadêmica dos estudantes entrevistados: condições de ingresso, questões atitudinais, questões comunicacionais e questões físicas.

No que diz respeito às condições de ingresso, o conjunto das entrevistas revelou que o estabelecimento de ações de acessibilidade, tanto no tradicional vestibular quanto na aplicação das provas do ENEM, não bastou para a garantia de participação em condições de igualdade entre os estudantes. Estudos de Santos¹⁶ indicam que os agentes educacionais precisam ficar atentos aos valores que estão associados às suas práticas.

A partir das considerações da autora, foi possível observar, nas falas dos estudantes, que, durante o processo de matrícula e nos primeiros dias de aula, embora se sentissem acolhidos institucionalmente, ocorreram situações que revelaram a presença de barreiras atitudinais, físicas e comunicacionais, evidenciando o que Lima¹⁷ já havia anunciado: na escola, a inclusão ensina, na prática, o verdadeiro significado da diversidade humana.

Tratavam-me como se eu fosse uma criança. É essa questão de infantilizar sempre a pessoa com deficiência. Então era um pouco assim, sempre eu tinha que mostrar para eles, que eu sou casada, tenho vivência normal, o mesmo que acontece com eles. Um dia a gente estava num grupo e uma colega falou: Deixa eu pegar na

13 Idem notas 9 e 10.

14 Francisco José de Lima e Fabiana Santos Silva Tavares, "Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola" (2007): 24.

15 Romeu Kazumi Sasaki, "Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação", Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano XII (2009): 10-16.

16 Idem nota 11.

17 Francisco José de Lima, *Ética e inclusão: o status da diferença* (Petrópolis: Vozes, 2006), 51-69.

sua mão? E eu falei [riso]: “Pode”. Ela disse: “Esta mãozinha é igual de bebê! Você é tão bebezinha que dá até medo de chegar perto que você, é delicada.” [riso] Eu sorri e falei assim: “De fato, fisicamente sou toda pequenininha [riso], mas, vamos olhar da identidade, eu acho que sou até muito grande.” [riso] Ela silenciou. Eu falei: “Não, pode perguntar!” E eu fui me abrindo para ela. Então, as pessoas têm os seus porquês e ao invés de chegar e perguntar, eles ficam construindo as próprias respostas, suas próprias concepções.¹⁸

Nesse sentido, é no *encontro* e na *convivência com a diferença*, que cada estudante vai sendo *des-coberto*, como pessoa e não como um estigma. E é nesse processo, que serão *des-cobertos* também os benefícios da diversidade humana para toda a sociedade.

Nas questões atitudinais, as principais acessibilidades vivenciadas pelos cinco estudantes estavam no apoio recebido no ato da matrícula, nas estratégias metodológicas implementadas por alguns docentes, no respeito e amizade de colegas e amigos, na conquista de independência e no apoio da família. Os estudantes relataram atitudes institucionais de respeito e de defesa de seus direitos à acessibilidade, orientações aos docentes, empréstimos de tecnologias assistivas, adaptação de materiais didáticos em braile e áudio, disponibilização de cópias ampliadas, entre outros.

O sentimento de acolhimento foi relatado pela maioria dos estudantes, principalmente no ato de realização da matrícula, quando foram ouvidos, nas suas demandas, por profissionais do Núcleo de Educação Inclusiva, e receberam a informação de que seriam acompanhados em questões de acessibilidade. O trabalho desse Núcleo parece

ter sido importante no processo de inclusão dos estudantes.

Foi sempre muito bom, sempre que precisei me ajudaram. Acho que é a mesma relação que os outros alunos têm. Ah, tirando o NEI. O NEI foi top, sempre ajudou muito. Muito atencioso e preocupado com tudo. A preocupação não só com disponibilizar acessibilidade ao conteúdo da área, mas de proporcionar uma vida boa para eu viver em Ouro Preto.¹⁹

Os relatos confirmaram o que já havíamos constatado na análise documental: a UFOP estava se esforçando no sentido da elaboração de estratégias de acessibilidade atitudinal e comunicacional, porém romper com a segregação e com os estereótipos não era um trabalho simples.^{20 21}

A maioria dos estudantes relatou que a formação acadêmica contribuiu para torná-los mais independentes, uma vez que procuravam sempre formas de resolver os entraves que surgiam no seu processo de construção do conhecimento. Porém a independência, em algumas situações, foi ofuscada pelo sentimento, ainda que inconsciente, de que a responsabilidade de resolver as barreiras que surgiam eram exclusivamente deles. De acordo com Lima,²² a eliminação de barreiras exige do sujeito com deficiência mobilização constante de seus direitos, tornando-se uma pessoa empoderada.

As principais barreiras atitudinais relatadas pelos entrevistados dizem respeito às ressalvas quanto à capacidade de realização de uma formação superior, tratamento de infantilização, estereótipos, superproteção

18 Entrevista concedida por Hevila, Gunhães (Minas Gerais), 10/07/2015.

19 Entrevista concedida por Vitor, via Skype, em 15/07/2015).

20 Vide notas 7 e 16.

21 Romeu Kazumi Sassaki, *Inclusão: construindo uma sociedade para todos* (Rio de Janeiro: WVA, 1997).

22 Idem nota 16.

e desaprovação da família, atitudes de indiferença por alguns colegas e docentes, discriminação, dificuldade de interação e negação da deficiência.

Minha tia não acreditou que eu tinha passado no vestibular da UFOP, pois nem seus filhos tinham passado em uma federal. Para minha mãe, parecia até que eu ia para o corredor da morte. [riso] Tanto assim, que dizia que eu não ia dar certo aqui, que era loucura. Minha irmã dizia que minha mãe nem devia ter deixado eu fazer vestibular.²³

Há um estereótipo de aluno, pensam que todo aluno é de um certo jeito. O aluno individuo não aparece. O professor só conhece a multidão de alunos, não convive individualmente, não conhece a vida de cada um deles. Então se apegam mais aos estereótipos.²⁴

Não manifestei minha demanda pelo fato de ter o outro lado da moeda: muitas pessoas que a gente vê têm um certo preconceito. Se eu, por exemplo, falo com as pessoas que tenho deficiência intelectual, vão olhar para mim dos pés à cabeça e dizer: mas eu não estou vendo, me mostra. Porque a deficiência intelectual não tem jeito de você mostrar visualmente. Então eu preferi não falar, pois o Brasil é um país que tem preconceito. Eu falo para as pessoas que eu conheço, que eu tenho uma intimidade maior que eu sei que não vai ser motivo de chacota, para as outras pessoas eu falo que eu sou normal.²⁵

A barreira atitudinal mais presente nos relatos dos entrevistados foi a de estereótipos. De acordo com Lima e Tavares,²⁶ os es-

tereótipos na universidade são concretizados a partir do estabelecimento de comparações que docentes, colegas e técnicos fazem entre o estudante com deficiência e outras pessoas com as mesmas deficiências. A partir dessas comparações, são construídas generalizações positivas ou negativas sobre os estudantes, como se todos fossem iguais.

Assim os apontamentos da pesquisa endossam as perspectivas investigadas por Lima e Tavares,²⁷ segundo as quais o processo de inclusão escolar requer reconhecer que as barreiras atitudinais podem se apresentar de diferentes maneiras.

Quanto às acessibilidades físicas, os dados revelam que a UFOP avançou pouco na efetivação de medidas concretas para se adequar aos princípios estabelecidos pela legislação vigente. A fala dos estudantes evidencia, claramente, que as barreiras físicas, identificadas no início do curso, não foram solucionadas.

No que se refere às acessibilidades comunicacionais, o conjunto dos relatos indica que elas se concretizaram em parte. À medida que as demandas iam sendo evidenciadas, a partir da escuta, foram efetivadas algumas ações de acessibilidade na comunicação escrita, visual e interpessoal.

A partir das barreiras comunicacionais relatadas pelos estudantes entrevistados, observou-se que a UFOP não atendeu à totalidade dos parâmetros de acessibilidade estabelecidos no Decreto n°. 5296/2004, que regulamenta a Lei de Acessibilidade (Lei n°. 10.098/00). O Artigo 47 daquele decreto determina que “as plataformas digitais, os *sites* e os ambientes virtuais sejam construídos com base em programas e normas para acessibilidade”. Mas as plataformas, os *sites*, os ambientes acadêmicos virtuais da UFOP não eram acessíveis, colocando os estudantes na situação de dependência da família e dos colegas.

Isso implica, além do que já foi dito,

23 Entrevista concedida por Joaquim, Ouro Preto (Minas Gerais), em 09/07/2015.

24 Idem à nota anterior.

25 Entrevista concedida por Gabriel, Mariana (Minas Gerais), em 11/07/2015.

26 Idem nota 13.

27 Idem nota anterior.

respeito ao direito de acesso ao serviço educacional oferecido pela universidade. No entanto, parece que os estudantes investigados ainda não têm a profundidade do entendimento legal dos direitos de que dispõem.

Conforme Sasaki,²⁸ a presença de barreiras atitudinais, físicas e comunicacionais promovem a exclusão ou a limitação do acesso dos estudantes aos conteúdos, vivências e experiências educacionais. Portanto, é preciso identificá-las e criar estratégias para eliminá-las. Tavares²⁹ afirma que, para conhecer tais barreiras, “é imprescindível que se tenha acesso a discursos que sejam esclarecedores da existência de tais obstáculos e de como eles se manifestam”. Nesse sentido, o resultado das entrevistas revelou um conjunto de ações e omissões praticado pela universidade diante dos estudantes com deficiência.

Para Santos,³⁰ o respeito e a valorização da diversidade humana estão relacionados à formação de uma cultura inclusiva. Os dados da pesquisa mostram que o movimento das famílias e dos próprios sujeitos colabora para a construção da cultura inclusiva. Essa edificação, portanto, se dá a partir de mudanças internas de cada indivíduo, no modo de reconhecer e de defender as diferenças humanas.³¹

Buscamos enfatizar, assim, as questões apresentadas pelos cinco estudantes entrevistados, articulando-as com as informações obtidas na análise documental. Foram identificadas e localizadas barreiras atitudinais, comunicacionais e físicas, a partir da clareza e investimento dos estudantes nas entrevistas. A constatação dessas

barreiras, assim como as acessibilidades, pode contribuir na construção da cultura institucional inclusiva, gerando sentidos subjetivos individuais e sociais, possibilitando a todos os atores educacionais que se posicionem de modo ativo diante das situações de exclusão.

Nesse sentido, intentamos assinalar que a construção de uma IES acessível e inclusiva depende de uma política institucional efetiva. Ações isoladas, como as destacadas nas pesquisas, não são suficientes para promover a inclusão e podem se revelar empecilho para novos avanços, uma vez que podem ver identificadas como suficientes. Sem avaliação articulada no âmbito das políticas, das culturas e das práticas inclusivas podem camuflar as reais demandas e ou necessidades.

Conforme indicam os estudos de Santos,³² a IES socialmente responsável, entre outras ações, promove mudanças culturais e investe no desenvolvimento de iniciativas de acessibilidade e formação continuada, envolvendo discentes, docentes, técnicos e os demais sujeitos que compõem a comunidade acadêmica.

Destacamos ainda a necessidade da UFOP e das IES brasileiras inserirem a educação inclusiva nos Planos de Desenvolvimento Institucional e nos Projetos Pedagógicos de Curso, de forma a planejar e promover mudanças requeridas nos vários dispositivos legais e políticos da educação inclusiva, como apresentado nesta pesquisa. O processo de inclusão educacional inicia-se com a inserção princípio da inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso.

Nesse sentido os processos avaliativos, metodológicos, pedagógicos e curriculares devem primar pelo respeito à diversidade dos estudantes, contemplando estratégias de acessibilidade, flexibilidade, interdisciplinaridade. São exemplos de estratégias:

28 Idem nota 14.

29 Fabiana dos Santos Silva Tavares, "Educação não inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do programa de pós-graduação em educação (PPGE/UFPE)" (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012), 424.

30 Idem nota 11.

31 Idem nota 16.

32 Idem nota 29.

metodologia, o programa de apoio aos estudantes nas suas necessidades específicas e a atividade de tutoria.

A análise dos dados de campo parece ter indicado que essas intervenções, necessárias para romper com os estigmas e demais formas de exclusão em torno do estudante com deficiência, podem ser construídas em articulação com o trabalho realizado pelos núcleos de acessibilidade e inclusão das IES por meio da orientação de distintos setores da IES, no sentido de romper com barreiras de atitude e impedir o fortalecimento de outras, como as barreiras físicas e comunicacionais. Além de orientar, cabe aos núcleos, acima de tudo, **defender** o direito de todas à educação superior.

As entrevistas contribuíram também para que os estudantes refletissem sobre as suas subjetividades, seus direitos de participação com independência e a forma como se percebem e são percebidos pela instituição. Eles indicaram, de modo mais evidente, o que lhes interessavam na dinâmica da universidade.

Quanto à categoria Formação Profissional, buscamos localizar os impactos da formação recebida para a vida de cada um dos estudantes. Para tanto, indicamos dois pontos que parecem centrais nessa discussão: a) A questão da responsabilidade da universidade em oportunizar espaços para os estudantes vivenciarem a aplicação dos seus saberes, ajudando-as a ter atitudes de independência e empoderamento; e b) As questões relacionadas às suas expectativas e oportunidades da atuação profissional.

Foi possível perceber o quanto os cinco estudantes se desenvolveram, durante a formação na UFOP. Tornaram-se mais conscientes de seus direitos, livres, independentes e empoderados. Apesar das barreiras evidenciadas, eles deram passos importantes que contribuíram positivamente para a formação pessoal e profissional. Dessa forma, os dados parecem indicar que a UFOP

oportunizou condições para que os estudantes se desenvolvessem nas suas potencialidades, apesar das fragilidades observadas.

Retomamos, então, a pergunta feita na introdução desta pesquisa: a UFOP já tem uma cultura institucional inclusiva? Acreditamos que ainda não. Nesse processo de construção de uma cultura inclusiva, que exige a transformação da consciência individual e coletiva, é possível afirmar, a partir dos dados empíricos, que a UFOP está *des-cobrando* o caminho. As pistas, ou estratégias apontadas nesta pesquisa, podem se constituir em valiosa contribuição para essa descoberta/construção.

A formação acadêmica dos estudantes foi por nós compreendida como um processo que pode contribuir para o fortalecimento de práticas de inclusão, se a base for fundamentada com experiências e orientações inclusivas. Para Santos,³³ é preciso colocar em evidência a formação profissional e enfatizar a importância de fortalecer culturas, políticas e práticas inclusivas, durante a formação acadêmica na graduação, servindo a universidade de exemplo no trabalho que realiza.

Assim, a formação profissional, seja ela do estudante, do futuro profissional ou do profissional, se dá segundo valores e crenças construídos ou reforçados ao longo do processo de formação inicial e de formação em serviço. Revela-se na atitude, na forma de agir, pensar e atuar na sociedade.

Conclusão

Durante o desenvolvimento da pesquisa, as seguintes questões nos orientaram no sentido de analisar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na UFOP: Os estudantes com deficiência têm assumido direito e voz? Como os estudantes com deficiência se perceberam no processo de inclusão? Como a UFOP tem apoiado esses estudantes durante a sua formação? Que

33 Idem nota anterior.

efeitos a formação acadêmica tem na vida desses estudantes? A UFOP já tem uma cultura institucional inclusiva?

No momento de concluir, destacamos que, a partir da análise dos dados, o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na UFOP requer o estabelecimento de estratégias políticas e pedagógicas capazes de eliminar as barreiras presentes, sobretudo aquelas analisadas na pesquisa. Com isso, espera-se possibilitar a todos o direito à educação, à liberdade e à igualdade de condições, respondendo aos princípios estabelecidos na legislação vigente e atentando-se para a observância do atendimento aos princípios da autonomia, independência e empoderamento, tratados com profundidade nesta pesquisa.

As principais sugestões de intervenções acessíveis apresentadas pelos estudantes foram: a) Formação sobre a diversidade humana e acessibilidade às pessoas com deficiência, a todos os atores educacionais; b) Adequações nos currículos; c) Acessibilidades nos *sites*, videoconferências e seminários; d) Áudio-descrição nos conteúdos; e) Acessibilidade nos *campi*, sobretudo na parte externa; f) Acessibilidade no trajeto em alguns prédios, dentre eles o Prédio Anexo do Instituto de Ciências Humanas e Sociais-ICHS; g) Acessibilidade nos prédios administrativos; h) Instalação e manutenção de elevadores; e i) Desenvolvimento de projetos que incentivem os estudantes (com e sem deficiência) a superarem desafios, foram valiosas contribuições para a implementação de estratégias inclusivas e formação dos profissionais da Universidade: técnicos e docentes para lidarem melhor com as questões da inclusão e diversidade. E, acima de tudo, representam as sugestões dos estudantes com deficiência, que são e se reconhecem como sujeitos ativos na construção de uma sociedade acessível.

Pelo exposto, compreendemos que há a necessidade de aprofundar os estudos

sobre a inclusão acadêmica de estudantes com deficiência e trabalhar na formulação de políticas que favoreçam a superação dos desafios apresentados. A carência de promoção de acessibilidade não é apenas dos estudantes com deficiência, mas de todos os atores envolvidos no processo. Cabe à UFOP fixar metas e organizar estratégias de forma a enfrentar e superar fragilidades que forem surgindo e cumprir, de fato, a sua missão. A IES tem o compromisso de produzir conhecimentos, qualificar recursos humanos e implantar políticas de qualidade voltadas para a educação inclusiva.

A pesquisa realizada parece ter indicado que criar oportunidades para que o aluno com deficiência tenha acesso ao Ensino Superior não é suficiente, mas já é um bom começo, necessitando ainda, do ponto de vista institucional, a implantação de um conjunto de ações e programas que assegurem, de fato, a inclusão. Seria necessário, além disso, construir uma visão mais ampla do processo de inclusão, considerando além dos aspectos institucionais, políticos e pedagógicos, as construções subjetivas implicadas, as quais fariam a diferença no sucesso/fracasso no processo de inclusão no ensino superior.

Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil)

Bibliografia

- André, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liberlivros, 2005. (Série Pesquisa em Educação, v. 13)
- Brasil. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília, 2007.

- Brasil. Decreto legislativo n°. 186/08, Decreto n° 6.949/09. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília, 2007.
- Brasil. Lei n°. 10.098, 2000. Disponível em: <http://agenda.saci.org.br/index2.php?modulo=akemi&s=documentos¶metro=1742>. (Acesso em: 05/12/2014).
- Brasil. Decreto n°. 3.956/2001, de 8 de outubro de 2004. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2004.
- Lima, Francisco José de. Ética e inclusão: o status da diferença. In: MARTINS, L. A. R. *et al.* (orgs.). *Inclusão: compartilhando saberes*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 51-69.
- Lima, Francisco José de; TAVARES, Fabiana Santos Silva. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. 2007. Disponível em: <http://200.144.189.32/index.php?modulo=akemi¶metro=20411> (Acesso em: 10/09/2007.)
- Mantoan, Maria Teresa Eglér. *Pensando e fazendo educação de qualidade*. São Paulo: Moderna, 2001.
- Mazzotta, Marcos José da Silveira. *Inclusão e integração ou chaves da vida humana*. III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Anais, V. 1, Brasília: MEC/SEESP (1998): 48-53.
- Santos, Mônica Pereira dos. “O papel do Ensino Superior na proposta de uma educação inclusiva”. *Revista Movimento, Faculdade de Educação da UFF*, No. 7 (2003): 78-91.
- Sasaki, Romeu Kazumi. *Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida*. São Paulo: Áurea, 2003.
- Sasaki, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997. (Coleção Inclusão).
- Sasaki, Romeu Kazumi. “Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação”. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII (2009): 10-16.
- Tavares, Fabiana dos Santos Silva. “Educação não inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do programa de pós-graduação em educação (PPGE/UFPE)” (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012), 595f.

Quadro 1 – Perfil dos estudantes

PERFIL	ESTUDANTES				
	Hevila	Marta	Vitor	Joaquim	Gabriel
Idade	30	21	24	36	23
Naturalidade	Guanhães-MG	Campinas-SP	Linhares-ES	Ipanema-MG	Mariana-MG
Cor	Parda	Branca	Branca	Parda	Branca
Sexo	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino
Estado civil	Casada	Solteira	Solteiro	Solteiro	Solteiro
Escolarização dos pais	Ensino Fundamental	Ensino Superior	Ensino Superior	Ensino Fundamental e Superior	Ensino Superior
Número de irmãos	6	2	1	2	1
Formação da Educação Básica	Escola pública	Escola pública	Escola particular	Escola pública	Escola particular
Recebeu BPC?	Sim	Não	Não	Não	Não
Curso de graduação	Pedagogia	História – Licenciatura	Engenharia de Produção	Ciências da Computação	Letras – Licenciatura
Publicou artigo(s)?	Não	Não	Sim	Não	Não
Trabalha? Em que função?	Sim Professora	Não	Sim Coach	Não	Não
Situação acadêmica	Diplomada	Cursando a graduação	Diplomado	Cursando a graduação	Cursando a graduação
Moradia durante a graduação	Casa da família	Casa da família	República estudantil	Sozinho, em uma quitinete alugada	Casa da família

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da compilação dos dados das entrevistas - 2016